

A América do sul pelo Barão do Rio branco: uma análise sobre o Pacto ABC

Israel Roberto Barnabé¹

Recibido: 28/02/2014

Aceptado: 08/03/2014

RESUMO

O presente trabalho busca mostrar, a través de uma análise sobre a visão do Barão do Rio Branco, o lugar que a América do Sul ocupou na política exterior do Brasil naquele início do século XX - especialmente na defesa feita pelo Barão para a constituição do ABC. Uma importância dada à aproximação regional que se manteve ao longo das décadas e que indica, na contemporaneidade, a relevância da cooperação e da integração regional na política externa brasileira.

Palavras-Chave: Barão do Rio Branco, Pacto ABC, América do Sul, Integração

South America according the Barão do Rio Branco: an analysis about the ABC Treaty

ABSTRACT

This paper seeks to show, through an analysis of the vision of the Baron of Rio Branco, the place that South America occupied in the foreign policy of Brazil at the beginning of the twentieth century - especially on defense taken by Baron for the constitution of ABC. An emphasis on regional approach that has continued through the decades and that indicates, in contemporary times, the significance of cooperation and regional integration in Brazilian foreign policy.

Keywords: Baron of Rio Branco, ABC Pact, South America, Regional Integration

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, com tese na área de Relações Internacionais. Graduação em Ciências Sociais e Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp. Líder do Grupo de Pesquisa no CNPq «Política Internacional e Processos de Integração». Correo electrónico: israelbarnabe@gmail.com

Introdução

Muitas discussões têm sido feitas atualmente sobre o lugar que a América do Sul ocupa na política externa brasileira. Os acadêmicos se dividem, de maneira geral, entre os que buscam mostrar que a região tem sido priorizada pelo Itamaraty, apontando uma série de exemplos da atuação do país na (e para a) região; e outros que atestam que a região sul-americana não faz parte dos projetos políticos brasileiros, cada vez mais voltados para outros propósitos e cada vez mais distantes do seu entorno.

Entendemos que o Brasil, por suas características singulares, nunca teve uma prioridade única em sua política externa, mas sempre buscou atuar atento às possibilidades variadas que o cenário internacional apontava. A atuação do Barão do Rio Branco, especialmente quando esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores, mostra, por um lado, esta atenção aos movimentos do cenário (aproximando-se dos Estados Unidos sem menosprezar a importância da Europa) e, por outro lado, sua preocupação com a América do Sul, impressa, dentre algumas condutas, na defesa pela criação do Pacto do ABC.

O presente trabalho busca mostrar, através de uma análise sobre a visão do Barão do Rio Branco, o lugar que a América do Sul ocupou na política exterior do Brasil naquele início do século XX - especialmente na defesa feita pelo Barão para a constituição do ABC. Uma importância dada à aproximação regional que se manteve ao longo das décadas e que indica, na contemporaneidade, a relevância da cooperação e da integração regional na política externa brasileira.

1. Breves antecedentes

O início do século XX foi marcado por um clima de tensão entre os países sul-americanos. Apesar do fim da Guerra do Paraguai (1864–1870), havia questões pendentes de fronteira, um sentimento generalizado de ameaças imperialistas e às soberanias, questionamentos sobre a ampliação militar de alguns países com o risco de uma corrida armamentista e o impacto desses fatores nas economias nacionais. No caso específico do Brasil, a questão era superar alguns desafios que emperravam a posição de destaque que o país já pleiteava na região. Conforme afirma Doratioto, dentre esses desafios destacavam-se:

(...) a definição de suas fronteiras; a restituição do valor primitivo de sua ação internacional e a reconquista da credibilidade e do prestígio do país, abalados por dez anos de conflitos internos, de desmoroamento financeiro e de flutuação dos rumos seguidos.²

É importante lembrar que o gasto do Brasil na Guerra do Paraguai e nos primeiros anos da República, esses marcados por vários conflitos domésticos, somado à necessidade urgente de reformulação de sua fragilizada Marinha de Guerra, geravam grande preocupação econômica no país e desconfiança nos vizinhos que viam no Brasil uma constante ameaça. Isto fazia com que o Brasil ficasse meio isolado na região e exigia posturas da diplomacia que reconfigurassem a imagem do país.

É neste contexto que o Patrono das Relações Exteriores do Brasil, José Maria da Silva Paranhos Júnior – Barão do Rio Branco (1845-1912) inicia sua carreira política acompanhando o pai, Visconde do Rio Branco que, como Ministro das Relações Exteriores e Chefe de Gabinete, atuou de maneira importante tanto em assuntos domésticos como internacionais. De fato, o pai foi seu professor e sua principal influência. A primeira missão de Paranhos Júnior foi acompanhá-lo como Secretário na quinta viagem que o Visconde fazia à região do Prata. Depois de atuar como Jornalista e Deputado, em 1876 Rio Branco foi nomeado Cônsul em Liverpool, permanecendo na Europa por mais de vinte e cinco anos. Recebeu o título nobiliárquico de Barão em 1888, pouco antes da Proclamação da República no Brasil, em outubro de 1889.

Antes ainda de ser nomeado para a chefia do Itamaraty, Rio Branco participou de questões diplomáticas importantes, destacando-se o relatório que apresentou à arbitragem estadunidense sobre as fronteiras do país com a Argentina – «A questão de limites entre o Brasil e a República Argentina» – que levou o Presidente Grover Cleveland a expedir um laudo favorável ao Brasil; e as negociações que envolviam a fronteira com a Guiana Francesa cujo resultado também foi bastante favorável aos interesses brasileiros.

Já como Ministro das Relações Exteriores, cargo que ocupou de 03 de dezembro de 1902 até sua morte em 10 de fevereiro de 1912, atuou de maneira decisiva nos embates sobre a região do Acre e a

² Doratioto, Francisco Fernando Monteoliva. «A política platina do Barão do Rio Branco». *Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)*. Nº. 43 (2), 2000, p. 130.

Bolívia e nas questões fronteiriças que envolviam a Guiana Holandesa, a Colômbia, o Uruguai e o Peru, delineando definitivamente os limites territoriais do Brasil. De fato, duas realizações do Barão merecem destaque: a mencionada solução das questões de fronteira que envolviam o Brasil, possibilitando que a política externa se ocupasse com outras atribuições; e a consolidação do redirecionamento da política externa do país - um deslocamento do eixo diplomático de Londres para Washington – tendo em vista o fato de que os Estados Unidos ofereciam, na época, maiores oportunidades econômicas, especialmente com relação ao café.

No que tange ao entorno regional, o Chanceler brasileiro buscava mostrar aos países vizinhos que, embora o Brasil buscasse se consolidar como uma liderança, em nenhum momento o país assumiria uma posição imperialista. Este esforço de Rio Branco é explicitado em alguns princípios assumidos pelo país: i) a abstenção nos assuntos domésticos dos países; ii) os esforços pela estabilidade política da região; e iii) a busca pela liderança sem imposição e sem intenções expansionistas. Conforme aponta o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, após resolvidas as questões de fronteira, «(...) Rio Branco comentaria já ter ‘construído o mapa’ do Brasil, e que seu programa seria então o de contribuir para a união e a amizade entre os países sul-americanos».³

Iniciam-se, então, as discussões sobre as parcerias regionais necessárias para a segurança e para o desenvolvimento da América do Sul e os debates em torno da formação de uma «hegemonia compartilhada» entre Argentina, Brasil e Chile.

2. Argentina, Brasil, Chile – o barão e o pacto abc

O primeiro ato que mostra a importância dada por Rio Branco à parceria do país com Argentina e Chile foi seu posicionamento com relação à independência do Panamá, com apoio dos Estados Unidos que tinham interesses estratégicos no Canal. Conforme mostra Moniz Bandeira,

³ Seixas Corrêa, Luiz Felipe de. «O Barão do Rio Branco no Centenário de sua morte: memória, inspiração, legado». www.itamaraty.gov.br (Consulta 20/10/2012).

(...) Rio Branco lamentou o acontecimento e, embora não quisesse interferir, decidiu que só reconheceria a nova república de acordo com a Argentina e o Chile, pois as três primeiras nações da América do Sul, segundo ele, deveriam agir, simultaneamente, fortalecidas pela unidade de pontos de vista e de procedimento.⁴

Moniz Bandeira mostra ainda que, conforme afirmou Manuel Gorostiaga (Ministro Plenipotenciário no Rio de Janeiro de 1899 a 1907), o Barão do Rio Branco

(...) era partidário da ideia de celebrar uma convenção entre os três países para chegar a um acordo que garantisse a paz no Cone Sul (...) [e que facilitasse] a ação conjunta daqueles países em todo o assunto de interesse comum ou que pudesse comprometer as relações de boa amizade. Seria o primeiro passo para a formação da Tríplice Aliança, a qual se tornaria conhecida como o Pacto ABC (...) que Rio Branco proporia a Gorostiaga em carta de 5 de setembro de 1905.⁵

Evidentemente, esse movimento em torno da celebração de um acordo tripartite estava cercado de desconfianças. Dentre os contrários ao arranjo, destacava-se Estanislau Zeballos, Ministro das Relações Exteriores da Argentina que criava constantes obstáculos a qualquer iniciativa brasileira de aproximação com o Chile. Zeballos chegou a falsificar um telegrama cifrado enviado por Rio Branco à Delegação do Brasil na capital chilena procurando estremecer as relações entre os dois países e a ameaçar o Brasil com a guerra – fatos que o desmoralizou, gerando sua queda. Além das tensões que envolviam Argentina, Brasil e Chile, havia também certo temor dos países vizinhos com relação a um acordo entre os três países mais expressivos da região. Esses questionamentos sobre as intenções do Barão do Rio Branco na aproximação com Argentina e Chile vão ao encontro de análises que procuram mostrar uma tentativa brasileira de conter o avanço argentino e, para isso, uma aliança envolvendo o Chile seria essencial. Adelar Heinsfeld, ao escrever sobre as relações Brasil e Chile em torno da proposta do ABC caminha nesta direção ao afirmar que

⁴ Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança do Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 105.

⁵ Idem

(...) a diplomacia brasileira pretendia isolar a Argentina no concerto das nações sul-americanas e impedir que continuasse a exercer influência sobre os demais países da região. Era necessário impedir que conquistasse a supremacia na América do Sul, para, posteriormente, o Brasil conquistá-la. Nesse sentido, o Chile desempenharia um papel fundamental, como o fiel da balança.⁶

Entretanto, conforme afirma Moniz Bandeira,

Apesar de todos os atritos e tensões, Rio Branco retomou as articulações para estabelecer um entendimento entre Argentina, Brasil e Chile (Pacto ABC), que os EUA consideravam hostil (*unfriendly*), não sem certa razão, pois visava também a conter-lhe a influência no Cone Sul, apesar de que a ênfase maior consistisse na segurança interna dos três países signatários.⁷

Assim, convicto de seu propósito, o Chanceler Brasileiro recebeu de Federico Puga Borne, ex-chanceler chileno e enviado extraordinário ao Brasil, uma proposta para a criação de um Tratado entre os então principais países da América do Sul: Argentina, Brasil e Chile. Dias depois, no início de 1909, o Barão redigiu a minuta do «Tratado de Cordial Inteligência Política e de Arbitramento» que tinha, como objetivo principal, a realização de um trabalho conjunto para a manutenção da paz na região – condição *sine qua non* para o fortalecimento econômico. É importante salientar que, para evitar qualquer tipo de mal-estar na Argentina, o Barão solicitou a Borne que apresentasse a proposta àquele país como sendo chilena, sem a participação do Brasil em sua feitura. Isso mostra a preocupação de Rio Branco em envidar todos os esforços para a constituição do ABC. Nas palavras do próprio Barão,

A nação brasileira só ambiciona engrandecer-se pelas obras fecundas da paz (...) e quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes (...). É indispensável que antes de meio século,

⁶ Heinsfeld, Adelar. «Rio Branco e as relações do Brasil e Chile no âmbito da proposta do Pacto ABC (1915)». *Revista História: debates e tendências*. Vol. 12, Nº. 1. Jan/jun de 2012, p. 11.

⁷ Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Triplíce Aliança do Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 114.

quatro ou cinco das maiores nações da América Latina cheguem, como a nossa grande e querida irmã do Norte, a competir em recursos com os mais poderosos Estados do mundo.⁸

Como dito anteriormente, além da questão da segurança da região, estava implícita, nas primeiras discussões em torno do que seria o ABC, a preocupação com a crescente projeção dos interesses estadunidenses na região e com as políticas intervencionistas daquele país que já se faziam presentes em alguns países desde o final do século XIX. Conforme afirma Conduru,

À medida que os EUA assumiam um papel mais atuante no cenário internacional e projetavam sua hegemonia sobre o Pacífico e o Caribe, na América ao sul do Rio Grande, aumentava a desconfiança face ao vizinho do norte.⁹

A missão civilizacional dos Estados Unidos - contida na Doutrina Monroe, no Destino Manifesto, na Diplomacia do Dólar e no Corolário Roosevelt - justificava a expansão territorial do país e a crescente interferência no hemisfério, além de explicar o interesse dos Estados Unidos pelas Conferências Internacionais Americanas que aconteceram em Washington (1889-1900), no México (1902) e no Rio de Janeiro (1906). Nesta última, é interessante notar a postura do Barão do Rio Branco. Por um lado, para mostrar o apreço do Brasil aos Estados Unidos e à política pan-americana - a 'Aliança Não Escrita' - batizou o Pavilhão utilizado pelo Brasil na Exposição Universal de Saint Louis em 1904 e reconstruído no Rio de Janeiro, de «Palácio Monroe» e, por outro lado, em seu discurso de abertura da Conferência, mostrou também que ao Brasil interessava manter boas relações com a Europa e se firmar com uma liderança na América do Sul. Conforme afirma o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, a gestão do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores,

⁸ Seixas Corrêa, Luiz Felipe de. «O Barão do Rio Branco no Centenário de sua morte: memória, inspiração, legado». *www.itamaraty.gov.br* (Consulta 20/10/2012).

⁹ Conduru, Guilherme Frazão. «O subsistema americano, Rio Branco e o ABC». *Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)*. N.º. 41 (2), 1998, p. 62.

(...) lançou as bases de diretrizes de política externa que se mantiveram vigentes desde então: o atlantismo, de um lado, ou seja, a ambição global da política exterior do Brasil, então expressa pela aproximação com a Potência Emergente, os EUA, e, de outro, o imperativo da aproximação e da cooperação com os vizinhos sul-americanos.¹⁰

É interessante notar que, ainda no final de 1909, um acontecimento envolvendo os Estados Unidos e sua Diplomacia do Dólar exigiu a atuação dos três países do ABC. Trata-se da cobrança de indenização feita pelos Estados Unidos ao Chile de um milhão de dólares em virtude da questão envolvendo a empresa Alsop & Co. Embora Argentina e Brasil tivessem interesses importantes envolvidos na questão, especialmente com relação ao risco de uma interferência direta dos Estados Unidos naquele país, a cooperação dos dois países em defesa do Chile mostrou a importância maior do Pacto do ABC e fez com que os Estados Unidos retirassem a cobrança.

Embora não explicitada, já estava latente nos debates diplomáticos sul-americanos, a intenção de resolver problemas estritamente sub-regionais sem a interferência de outros países ou potências – iniciava-se a busca pela autonomia que atravessou todo o século e que até hoje marca as relações internacionais da América do Sul.

Por um lado, este interesse comum em contrabalancear a influência e as ações estadunidenses servia para aproximar Argentina, Brasil e Chile. Entretanto, como dito anteriormente, havia especificidades nacionais que comprometiam o avanço das negociações. Conforme aponta Conduru, do lado da Argentina havia a preocupação com o rearmamento naval brasileiro e a disputa com o Brasil pela hegemonia na região do Prata. A influência e a ajuda dos Estados Unidos à Argentina, especialmente com relação ao aumento de sua frota naval para fazer frente ao Brasil, fez com que o país se afastasse do Brasil e do Chile, dificultando ainda mais a ratificação do Pacto ABC. No caso do Brasil, a diplomacia criticava a demanda argentina pela limitação da frota naval do país e priorizava a solução dos problemas de fronteiras. Por fim, no caso do Chile, problemas fronteiriços com seus três vizinhos (Bolívia, Peru e Argentina) geravam receios de isolamento e a necessidade de alianças com o Brasil para resolver essas questões.¹¹

¹⁰ Seixas Corrêa, Luiz Felipe de. «O Barão do Rio Branco no Centenário de sua morte: memória, inspiração, legado». *www.itamaraty.gov.br* (Consulta 20/10/2012).

¹¹ Conduru, Guilherme Frazão. «O subsistema americano, Rio Branco e o ABC». *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI). Nº. 41 (2), 1998, p. 64 e 65.

Não há consenso entre os pesquisadores sobre as reais intenções deste Tratado de 1909. Alguns tentam mostrar que não havia interesse desses três países em se oporem aos Estados Unidos, mostrando que o Barão sempre se opôs à formação de alianças que buscassem o enfrentamento com os Estados Unidos. Outros buscam demonstrar que sim, o Tratado de 1909 fora constituído com o objetivo direto de contrabalancear a influência estadunidense e enfrentar o imperialismo daquele país.

Ainda segundo Conduru, o principal objetivo do Tratado de Cordial Inteligência Política e de Arbitramento era a garantia da segurança regional através de uma «hegemonia compartilhada» entre Argentina, Brasil e Chile. Nas palavras do autor, «(...) a preocupação com a instabilidade política da região seria a motivação para o estabelecimento de uma autoridade hegemônica compartilhada entre os três principais países do subsistema».¹² Assim, constituía-se, inicialmente, em um projeto mais ambicioso do que o Tratado do ABC assinado em 1915, discutido a seguir. Entretanto, as divergências existentes entre os três países – aprofundadas pelo interesse da Argentina em uma «hegemonia dual» que excluía o Chile - e a dificuldade de superar interesses individuais em prol da ação conjunta, fizeram com que as negociações fossem abandonadas ainda em 1909. Entretanto, esta primeira tentativa de ação conjunta - que pode ser vista como a semente dos processos de integração na América Latina que irão marcar o século XX - influenciou profundamente as relações internacionais da região a partir de então.

Depois das tratativas em torno do Pacto do ABC na primeira década do século XX, Argentina, Brasil e Chile retomam os debates (já após a morte do Barão do Rio Branco) sobre a edificação de um concerto comum de interesses entre os três países e assinam em Buenos Aires, em 1915, o «Tratado para Facilitar a Solução de Controvérsias Internacionais», o agora oficial Pacto ABC. Tratava-se, na verdade, de um desdobramento das negociações ocorridas entre 1907 e 1909. Composto por 13 artigos, o Tratado propunha, resumidamente, a consolidação da amizade entre os três países, a busca pelo consenso de interesses, a contenção de conflitos e a cooperação. Conforme afirma Conduru, uma peculiaridade deste Tratado era a tentativa de «(...) criar uma Comissão Permanente à qual seriam submetidas as questões que não tivessem podido ser

¹² *Ibidem*, p. 77.

resolvidas por negociações diretas nem por arbitramento». ¹³ O conteúdo do Tratado de 1915 era mais tímido do que as negociações de 1909 propunham. Conforme demonstra Heinsfeld,

Em relação à proposta formulada por Rio Branco em 1909, o tratado firmado em 1915 não tinha o caráter de aliança, nem tratou de questões relativas ao desarmamento dos países signatários. Apenas determinou que controvérsias surgidas e que não pudessem ser resolvidas diplomaticamente ou através do arbitramento, teriam que ser submetidas à investigação de uma comissão permanente, que se constituiria na cidade de Montevidéu, antes da tomada de qualquer medida de hostilidade. Também não demonstrou preocupação com possíveis insurreições que pudessem acontecer em um dos países signatários ou nos países vizinhos. ¹⁴

Embora tivesse alcance mais restrito, a assinatura do Tratado do ABC não agradou aos Estados Unidos que viam, neste movimento regional, uma possível ameaça aos interesses do país na região. O fato do Ministro estadunidense não comparecer à cerimônia de assinatura em Buenos Aires é sintomático. A persistência das rivalidades e desconfianças entre Brasil e Argentina - este último país não estando convencido das reais intenções do Brasil com relação ao Tratado - também colaboraram para seu fracasso. Embora o texto tenha sido aprovado pelos Congressos do Brasil e do Chile, foi rejeitado pela Câmara dos Deputados na Argentina, invalidando o Tratado. De qualquer forma, como acontecera com o Acordo de 1909, o Tratado de 1915 serviu de inspiração para os futuros movimentos regionais que a América do Sul experimentaria no decorrer do século.

¹³ Conduru, Guilherme Frazão. «O subsistema americano, Rio Branco e o ABC». *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI). Nº. 41 (2), 1998, p. 59.

¹⁴ Heinsfeld, Adelar. «Rio Branco e as relações do Brasil e Chile no âmbito da proposta do Pacto ABC (1915)». *Revista História: debates e tendências*. Vol. 12, Nº. 1. Jan/jun de 2012, p. 8.

3. Considerações finais: o legado do barão

Apesar das propostas para a formação de um eixo de cooperação entre Argentina, Brasil e Chile não terem se consolidado no começo do século XX, as proposições do Barão do Rio Branco para a América do Sul - especialmente no que tange à aproximação entre os países e à necessidade da constituição de um concerto comum de interesses, buscando a segurança e o desenvolvimento - mantiveram-se presentes ao longo das décadas.

A terceira e última tentativa de aliança ABC foi protagonizada pela Argentina de Perón que governou o país de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974. O governo de Perón e a chamada 3ª Posição sempre dividiram opiniões no meio político brasileiro, gerando importantes divergências entre a visão da embaixada brasileira em Buenos Aires, as pressões do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a vontade do executivo, durante os governos de Dutra e Vargas.

As divergências e desconfianças, nem sempre fundadas, geraram, do lado brasileiro, a chamada «Diplomacia de Obstrução», emperrando os debates em torno da cooperação entre Brasil e Argentina e dificultando o avanço dos processos de integração na região. Do lado argentino, Perón buscava, conforme aponta Cervo, a cooperação bilateral e regional, a criação de um bloco de países que promovesse coletivamente o desenvolvimento e uma aproximação crítica com relação aos Estados Unidos, visto que este país era tido, por um lado, como o grande provedor da região, exercendo, entretanto, uma crescente dominação econômica e política que incomodava a Argentina.¹⁵

Foi a partir dessas premissas da política exterior argentina que Perón tentou resgatar a ideia de 1909 e 1915 e propor a criação do Pacto ABC. Conforme afirma Cervo, para Perón,

«(...) as nações fracas deveriam desde logo se agrupar para formar unidades econômicas, com a finalidade de enfrentar a dominação do mundo por parte das duas superpotências. Brasil, Argentina e Chile, com suas economias complementares, se unidos, multiplicariam sua importância e seu peso nas relações internacionais.¹⁶

¹⁵ CERVO, Amado. Luiz. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2007.

¹⁶ *Ibidem*, p. 127.

A falta de consenso do governo brasileiro em torno das intenções da Argentina e da proposta de Perón para resgatar a ideia do ABC, somada às desconfianças e aos atritos entre os dois países, além da forte influência dos Estados Unidos sobre a região, acabaram, mais uma vez, por inviabilizar a feitura de uma tríade regional formada por Argentina, Brasil e Chile.

De qualquer forma, a proposta da Operação Pan-Americana (OPA) idealizada pelo presidente brasileiro Juscelino Kubitschek nos anos seguintes, a assinatura do TM60 e TM80 criando, respectivamente, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), além dos avanços integracionistas da região a partir da década de 1980, mostraram que as discussões em torno do ABC geraram frutos e construíram, na América do Sul, uma tradição, uma trajetória em torno dos processos de integração regional que, apesar das dificuldades e obstáculos, geraram resultados bastante positivos.

Conforme conclui o Embaixador Seixas Corrêa,

A evolução pacífica de nossas relações com os vizinhos sul-americanos ao longo do século XX, assim como os atuais processos de integração, são em boa medida consequência do trabalho de estadista levado a cabo por Rio Branco». (...). Em sua primeira tentativa de formação de uma espécie de «entente cordiale» entre as três maiores nações do Cone Sul viria mais tarde, após sua morte, a resultar na criação do chamado Pacto do ABC, em 1915, precursor remoto – não seria exagerado pensar – do Mercosul.¹⁷

À afirmação do Embaixador, acrescentamos as experiências mais recentes da Unasul e da Aliança do Pacífico; movimentos que corroboram a singularidade, os desafios e as potencialidades dos processos de integração regional na América do Sul, mantendo viva a imagem daquele que soube antever a importância estratégica dos processos integracionistas para o desenvolvimento dos povos - José Maria da Silva Paranhos Júnior – o Barão do Rio Branco.

¹⁷ Seixas Corrêa, Luiz Felipe de. «O Barão do Rio Branco no Centenário de sua morte: memória, inspiração, legado.» www.itamaraty.gov.br (Consulta 20/10/2012).

REFERENCIAS

- Barnabé, Israel Roberto. (2012). «Del ABC al ABV: el eje Argentina, Brasil y Venezuela en la integração de América del Sur». *Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo*. Vol. 7. Nº 14, julio-diciembre.
- Cervo, Amado. Luiz. (2007). *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva.
- Conduru, Guilherme Frazão. (1998). «O subsistema americano, Rio Branco e o ABC». *Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)*. Nº. 41 (2).
- Doratioto, Francisco y Fernando Monteoliva. (2000). «A política platina do Barão do Rio Branco». *Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)*. Nº. 43 (2).
- Heinsfeld, Adelar. (2012). «Rio Branco e as relações do Brasil e Chile no âmbito da proposta do Pacto ABC (1915)». *Revista História: debates e tendências*. Vol. 12, Nº. 1. Jan/jun.
- Méndez Reyes, Salvador. (1999). «Vigencia del integracionismo de Lucas Alamán», *Latinoamérica Cultura de culturas*, México, Fondo de Cultura Económica.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto. (2010). *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança do Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ramírez De la O Rogelio. (1980). Industrialización y sustitución de importaciones en México, *Comercio Exterior*, enero, p. 31-37
- Seixas Corrêa, Luiz Felipe de. (2012). «O Barão do Rio Branco no Centenário de sua morte: memória, inspiração, legado.» www.itamaraty.gov.br (Consulta 20/10/2012).
- Tavares D'Amaral, Márcio. (2001). *Barão do Rio Branco*. Coleção A Vida dos Grandes Brasileiros. São Paulo: Três.
- Urquidi, Víctor. (1998). «Hacia una perspectiva para la CEPALC en el siglo XXI», *Estudios Internacionales*, Vol. 31, Nº. 121-122. <http://www.revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/viewPDFInterstitial/15105/15519>
- Viana Filho, Luís. (1988). *A Vida do Barão do Rio Branco*. 6ª edição. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: José Olympio.

Zea, Leopoldo. (1976). *Dialéctica de la conciencia americana*, México, Alianza Editorial Mexicana.